

CAPÍTULO 8

JUSTIÇA PLANETÁRIA E EQUIDADE FRENTE À COVID-19

Pedro Henrique Campello Torres

8.1 INTRODUÇÃO

O presente capítulo é referente à vídeo-aula número 8, que tem como título “Justiça Planetária e Equidade frente à COVID-19”, parte da edição especial da disciplina *Sociedade Meio Ambiente e Cidadania* (ACH0152), ministrada em colaboração com docentes do curso de Gestão Ambiental da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), da Universidade de São Paulo (USP), em duas edições durante a Pandemia de covid-19, a qual tive o privilégio de me juntar na segunda edição, de agosto a dezembro de 2021.

A disciplina foi compartilhada com os professores Ana Paula Fracalanza, André Simões, Carla Morsello, Cristina Adams, que fecha o livro no próximo capítulo, Luciana Araújo, Marcos Bernardino, Silvia Zanirato, autora do capítulo anterior, e a professora Sylmara Dias. Trata-se, portanto, de uma contribuição crítica original e de abordagem híbrida, multidisciplinar, com a reunião de diversas áreas do conhecimento sobre um dos momentos mais críticos de nosso tempo presente: a pandemia da SARS-CoV-2.

Meu ponto de partida e lugar de fala é a área das ciências sociais e do planejamento urbano, em perspectiva interdisciplinar sobre temas relacionados às desigualdades ambientais, justiça ambiental e planetária. O foco sobre a produção e reprodução das injustiças e das desigualdades – bem como da luta por justiça – é o Norte que guia a abordagem do presente capítulo, em diálogo com as lentes da justiça ambiental (ACSELRAD, 2010) e da justiça planetária (DRYZEK; PICKERING, 2019).

Justiça Planetária e Equidade frente à COVID-19, dialoga com o capítulo sobre desigualdades socioespaciais e pandemia, da professora Silvia Zanirato, que aponta para uma temática que os historiadores chamam de “História Imediata”, aquela que está ocorrendo no tempo presente (FERREIRA, 2000). Mas qual tema é esse? O da vacinação e imunização contra a covid-19, e toda série de complexidades, disputas, narrativas, tragédias e desigualdades entorno deste processo – desde a produção, da compra e da disponibilização do imunizante.

Mas não se trata aqui de fazer uma análise e discussão sobre o processo da vacinação enquanto prática da imunização e seus aspectos epidemiológicos, mas os aspectos vamos dizer assim, opacos, e os modos, que permeiam os meandros do processo de produção, fabricação, venda e circulação desse imunizante, para conseguirmos regular nossa lupa com foco no tema das desigualdades.

Escrever e operar o campo história do tempo presente e imediata é sempre um desafio. Afinal, estamos falando de uma história viva. Viva, mutante e desafiadora – tanto do ponto de vista dos acontecimentos (*histoire événementielle*), do distanciamento temporal do objeto, quanto do uso acurado das fontes (DELACROIX, 2018). E escrever sobre a pandemia de covid-19 nos faz refletir e encarar esse desafio. Por isso mesmo, em primeiro lugar, este capítulo não tem a pretensão de apresentar um estudo definitivo sobre a vacinação contra a SARS-CoV-2, até porque os dados vão mudando e sendo atualizados em tempo real, o tempo imediato. Então, ao contrário, este capítulo busca tecer uma contribuição que apresente pistas, indícios e sinais – em diálogo com o clássico paradigma indiciário de Carlo Ginzburg (GINZBURG, 1989), sobre os efeitos desiguais do vírus e do processo de vacinação contra ele, buscando tensionar a escala local e global, bem como suas relações com o processo de produção e reprodução de vulnerabilidades e injustiça ambientais. Processos que, embora imediatos e do tempo presente, são entendidos aqui como partes de uma estrutura de longa duração (*longue durée*) que produz e reproduz as desigualdades em diferentes escalas.

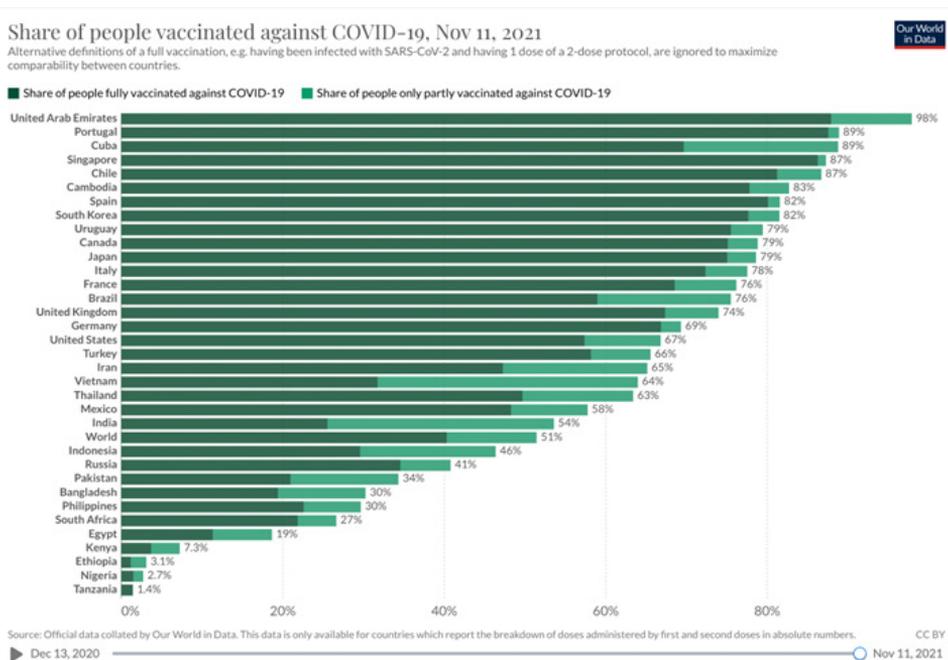
O desafio e a complexidade de operar a história do tempo presente não devem desencorajar tais estudos e pesquisas. Ao contrário, e como justifica o historiador Eric Hobsbawm, a necessidade de realizá-la é imperativa, ainda que seja para salvar do esquecimento – e talvez da destruição – as fontes que serão indispensáveis para os próximos historiadores (HOBSBAWM, 1998). Ou seja, refletir nesses momentos sobre os processos ocorridos durante a pandemia é fundamental, sobretudo, para uma história que está sendo construída por nós mesmos, com enorme dificuldade de acesso a dados, fontes, pesquisa primária, ou mesmo com bases etnográficas.

8.2 A GOVERNANÇA DISRUPTIVA DO GOVERNO FEDERAL FACE À COVID-19

No filme *Adeus, Lenin!* do diretor Wolfgang Becker, lançado em 2003, a personagem principal, uma comunista moradora da parte oriental da Alemanha, entra em coma e acorda, um ano mais tarde, quando o Muro de Berlim havia caído. Seu filho, com receio do que poderia representar para a mãe a descoberta do fim do regime comunista em seu país, passa a forjar a realidade de modo que ela acredite estar vivendo ainda sob o regime comunista.

Imaginemos que alguém esteve, assim como no exemplo do filme citado, praticamente fora do ar, em coma, nos dois primeiros anos da pandemia de covid-19, no Brasil. Totalmente desligado dos acontecimentos e sem informação do que estava se passando por aqui.

Ao olhar os dados de vacinação do Brasil hoje no *Our World in Data*,¹ fonte de dados que atualiza diariamente uma base global, tem-se a impressão de que o Brasil não está mal em relação à vacinação contra o SARS-CoV-2. Em novembro de 2021, por exemplo, a plataforma indicava o Brasil ocupando a 14ª posição entre os países que mais aplicaram as duas doses da vacina, com 58,97% da população com duas ou mais doses, ou com a dose única, e 75,51% com pelo menos uma dose ou a dose única (Figura 8.1).



Fonte: Our World in Data.

Figura 8.1 – Percentuais de população por país vacinada com uma dose (verde claro), ou totalmente imunizada (verde escuro), em 11 de novembro de 2021.

1 A plataforma pode ser acessada em <https://ourworldindata.org/>.

Reparem, ainda, que não por acaso, as últimas posições são ocupadas por países pobres do que se convencionou chamar de Sul Global, com Tanzânia em último, precedida por Nigéria, Quênia, Egito, África do Sul. Todos países do continente africano. Realidade que expressa de forma cruel o que aqui se entende como desigualdades em escala planetária e, portanto, a imperativa necessidade de uma luta por justiça nesse âmbito. Percebendo as permanências escalares – do local ao global, do território à escala planetária – das desigualdades, autores como Dryzek e Pickering (2019) provocam um instigante debate sobre a necessidade de se pensar a justiça ambiental em escala planetária – uma justiça que vai além das fronteiras nacionais, das gerações e também dos humanos. Na mesma direção está o que autores, como Kashwan et al. (2020) definem como a necessidade de “priorizar os pobres na governança do sistema terrestre”, reconhecendo um desequilíbrio de forças, reações e demandas em escala planetária nacionais e subnacionais.

Durante a covid-19, isso pode ser percebido algumas vezes, principalmente no que diz respeito à vacinação – desde a produção, comercialização e distribuição. As nações mais pobres, principalmente da África e da América Latina, demoraram mais para começar a vacinar e tiveram (e ainda têm) mais dificuldades para adquirir o imunizante (TATAR et al., 2021). Por outro lado, iluminando espaços de resistência e esperança, na escala local,² ou em cooperação entre escalas, ações coletivas contribuíram para a busca de reações onde persistem as injustiças, o descaso e as desigualdades. Vários exemplos foram identificados no Sul Global durante a pandemia de covid-19, incluindo redes de cidades e interação transacional entre atores sociais (BAI et al., 2020).

A Figura 8.1, no entanto, traz dados do momento, uma espécie de foto, como falamos anteriormente, de uma história viva, mutante, sobre os percentuais de vacinação por país e que tem como primeiro lugar de cobertura vacinal a nação dos Emirados Árabes Unidos, seguida por Portugal, Cuba, Singapura, Chile e Camboja. O objetivo aqui, no entanto, é buscar não apenas a foto, mas o filme – a sequência dessas fotos que nos trouxe até a presente conjuntura.

Mas essas desigualdades ocorrem apenas em escala internacional, planetária? A resposta é não. No Brasil, por exemplo, o estado de São Paulo, atingiu em novembro de 2021, 70% de vacinação com as duas doses de imunizante. A cidade do Rio de Janeiro, no mesmo período registrava 92,8% da população maior de 18 anos com as duas doses, ou a dose única (caso da vacina *Jansen*). E aí uma peculiaridade interessante sobre o caso do Rio de Janeiro, inclusive para se pensar a gestão ambiental, gestão urbana, gestão metropolitana, gestão pública, a governança da pandemia de maneira geral: a cidade do Rio de Janeiro não pediu a comprovação de residência como ocorreu em diversos municípios do estado São Paulo, inclusive na capital.

2 Ações importantes, em rede, foram registradas e reportadas em diversas favelas do Brasil, por exemplo, em que casos como os *Prefeitos de Ruas em Paraisópolis*. Registro importante, além da mídia tradicional e as redes sociais, é o artigo de Ortega e Orsini de 2020 “Governing COVID-19 without government in Brazil: Ignorance, neoliberal authoritarianism, and the collapse of public health leadership”, publicado na *Global Public Health*.

Isso criou uma complexidade na gestão da pandemia para diversos municípios da Região Metropolitana do Rio, que não sabiam estimar, em certo momento, quantas doses ou quanto tempo a “janela” de uma faixa etária teria que ficar aberta. E, como há um movimento pendular muito grande de trabalhadores que saem de municípios como Duque de Caxias, São Gonçalo, a própria Niterói ou cidades da Baixada Fluminense para trabalhar no Rio de Janeiro, houve – entre outras questões – dificuldades de aplicar a vacina no horário comercial nesses municípios, principalmente pelo fato de o Rio de Janeiro não pedir o comprovante de residência, o que facilitava que as pessoas se vacinassem na cidade de trabalho, não de residência. Por isso, como já mencionamos anteriormente, a dificuldade no tratamento dos dados faz com que tanto a pesquisa, quanto a própria gestão do tema, sejam ainda mais complexas.

Voltando para o nosso caso imaginário, hipotético, de que alguém teria ficado “fora do ar” nesse período todo de 2020-2021. Essa pessoa teria perdido grande parte desse filme. Mas, nós não! Nós acompanhamos essa situação da covid-19 e sabemos quão trágica e desigual foi essa história e é disso que tratamos aqui. E essa é a relevância também da história do presente, como aprendemos com Hobsbawm. Iluminar o assunto para que isso fique como registro para discutir *a posteriori*, ou seja, como mostra essa Figura 8.2, para mostrar que a vacinação contra a covid-19, no Brasil, começou muito tardiamente, muito mesmo.



Fonte: Our World in Data. Acesso em fevereiro de 2022.

Figura 8.2 – Histórico de vacinação no Brasil em relação à covid-19.

Uma série de trocas e dificuldades no governo federal em fazer a compra ou ter como prioridade a compra de vacinas – a CPI da covid-19 no Senado³ mostrou isso – como foi tardia a negociação para a aquisição das vacinas, e no caso de um vírus como o SARS-CoV-2, esse atraso infelizmente significou óbitos, custou vidas, e mostrou o

3 O Relatório final aprovado na CPI pode ser acessado na íntegra em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2021/12/08/relatorio-final-da-ctcovid-19.pdf>.

que Torres et al. (2022) chamaram de Governança Disruptiva da crise – propositalmente disruptiva.

De acordo com Pedro Hallal, epidemiologista e professor da Universidade Federal de Pelotas, 4 em cada 5 mortes pela doença no país seriam evitáveis caso o governo federal tivesse adotado outra postura. Ou seja, não só a vacina, mas também apoiando o uso de máscara, o distanciamento social, fazendo campanhas de orientação e, sobretudo, acelerando a aquisição de vacinas.⁴ De acordo com o professor Hallal, estimativas indicam que pelo menos 400 mil pessoas poderiam ter tido a morte evitada se a gestão, a governança e a reação tivessem sido distintas. Isso ajuda a pensar que as ações, estratégias e desigualdades são produzidas, ou seja, são produtos produzidos por alguém, no caso aqui tratado, pelo próprio governo.

Fortalecendo o entendimento de uma governança disruptiva, o Instituto “Conectas Direitos Humanos” e o Centro de Pesquisa de Estudos e Direitos Sanitário da Faculdade de Saúde Pública da USP, consideraram que o governo federal não atuou de forma apenas incompetente e irresponsável, mas sim que houve uma estratégia institucional reverberada para a propagação do vírus e que não foram apenas erros do governo. Ao analisar o conjunto de atos normativos federais relacionados à covid-19, o estudo liderado pela professora Deisy de Freitas Lima Ventura, da Faculdade de Saúde Pública (FSP) da USP, apresenta dados bem robustos, tendo sido, inclusive, incorporados pela CPI da covid-19 em seu relatório final.

Os pesquisadores da FSP consideraram que houve uma violação do direito à saúde e à vida coletiva, sem que os gestores tenham sido responsabilizados até o momento, inclusive os pesquisadores estão buscando que sejam cobradas as responsabilidades. Segundo a pesquisa, a estratégia do governo teve três dimensões:

1. O excesso de normas instituídas, muitas vezes contraditórias, que diminuem direitos, pulveriza a regulação da emergência, limita o papel do poder legislativo e favorece a judicialização da questão da saúde.

2. A obstrução aos atos de combate à pandemia dos demais entes federativos revela a falta de articulação multinível.

3. A propaganda contra a saúde pública,

Assim, independentemente do caráter deliberado das soluções, as dimensões apontadas reforçam a leitura de uma disruptividade do governo federal frente à pandemia, enfim, como já mencionado, a pesquisa está sendo utilizada para municiar as ações jurídicas e também o relatório da CPI no Senado Federal.

Os ataques à ciência e à imunização se fizeram presentes e não cessaram ao longo desses 2 anos, pelo contrário, em 25 de outubro de 2021, o presidente da república teve a sua página na rede social Twitter suspensa pela associação que fez entre a vacina da

4 <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/cpi-da-pandemia-4-a-cada-5-mortes-por-covid-19-no-brasil-sao-evitaveis-e-populacoes-vulnerabilizadas-sofrem-mais/60550/>.

covid e a AIDS (HIV).⁵ É isso que os pesquisadores, no 3º ponto levantado, entendem como contrainformação.

8.3 MOVIMENTOS ANTIVACINA E NEGACIONISMO EM ESCALA PLANETÁRIA

Mas, o negacionismo científico não é uma questão só brasileira, como a jabuticaba, algo que só existe e só acontece no Brasil; também se veem imagens nos Estados Unidos, como ficou muito marcado no período do presidente Donald Trump; na França, Espanha, ou seja, em diversos lugares se vê um movimento de negacionismo à vacinação, uma não compreensão do que é a covid. Por isso, a nossa discussão aqui não é apenas focada no Brasil, mas é também uma discussão em escala planetária, ou do exercício de tensionar as dinâmicas multiescalares do local ao global.

Por isso mesmo, temos que valorizar e enaltecer muitíssimo o trabalho dos servidores do setor público do Brasil em face dos ataques à ciência, aos técnicos, aos gestores, sobretudo a Fiocruz e o Instituto Butantã, bem como médicos e enfermeiros da linha de frente de atuação. Porque, como diz a médica Luana Araújo, é justamente o fato de o Brasil ter uma cultura de vacinação, graças às políticas anteriores e ao próprio Sistema Único de Saúde – SUS, bem como a força das instituições públicas ainda em pé, mesmo com os ataques já mencionados,⁶ que estamos conseguindo manter a resistência aos atuais desmandos.

O movimento antivacina, apesar de contar com apoio e liderança de altos postos do governo, não prospera tanto aqui no Brasil porque temos uma cultura muito forte de vacinação para outras enfermidades. A questão é que de um lado podemos enaltecer e aplaudir a população por de alguma forma manter essa cultura, mas por outro, infelizmente, temos que ter a clareza que estamos contando apenas com isso. Como se viu o debate incidiu muitas vezes entre “kit covid” x “Vacinação”, não se discutindo ou se planejando medidas mais restritivas, testagens em massa, distribuição de máscaras PFF2/N95 em locais públicos, articulações regionais ou metropolitanas, entre tantas outras possíveis ações coordenadas.

Ao fazer o esforço que aqui proponho, de olhar para o filme dessa história recente, não apenas para a foto, vemos que em abril de 2021 estávamos em 73º no ranking global de vacinação, hoje avançamos para o 14º lugar. Ou seja, a partir do momento em que a vacina chegou, o Brasil conseguiu fazer um processo de aceleração da imunização em um ritmo que nos colocou em uma posição à frente de outros países, embora tendo começado muito tardiamente. E como já vimos, ter começado tardiamente pode ter-nos custado vidas, bem como problemas causados pela contaminação de uma série de pessoas. Números do professor Hallal, já citados, apontam para pelo

5 <https://sul21.com.br/noticias/saude/coronavirus/2021/10/sociedade-brasileira-de-infectologia-repudia-associacao-entre-vacinas-e-aids-feita-por-bolsonaro/>.

6 https://cultura.uol.com.br/noticias/24590_o-sus-e-uma-das-maiores-ferramentas-de-saude-publica-que-existe-no-mundo-diz-luana-araujo.html.

menos 400 mil óbitos que poderiam ter sido evitados nesse período. E isso tem a ver com desigualdade, com equidade, com justiça.

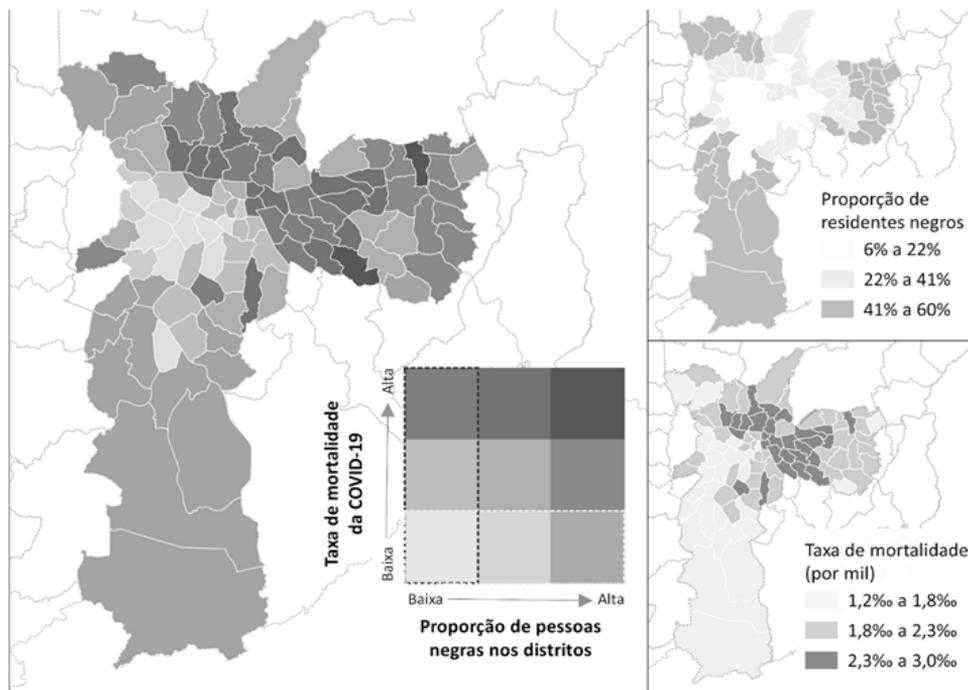
Retomando nosso diálogo com as escalas, ou movimentos e processos com mais ou menos *zoom* (como o *zoom in* – *zoom out*), o que acredito tem sido a tônica da disciplina *Sociedade Meio Ambiente e Cidadania* desde a primeira aula pela professora Carla Morsello, abordando tanto aspectos globais, quanto aspectos regionais e locais, de questões específicas da China como questões da Amazônia. Ou seja, a relação entre as escalas é um processo contínuo ao longo de todas as abordagens.

Por isso a provocação das lentes sobre o tema da vacinação não apenas pela ótica da Justiça Ambiental, abordagem mencionada no capítulo “Consumo e Resíduos: Práticas cotidianas”, da professora Sylmara Gonçalves Dias que tratou do Racismo Ambiental; como o esforço de lança-la à escala planetária – evocando uma justiça planetária, nesse movimento de olhar o local e o global.

Em a “A microbiologia cega do capitalismo”, o professor Henri Acselrad (2020) trabalha justamente a interligação entre as escalas do plano global e local, apontando as contradições do neoliberalismo que, segundo o mesmo, busca naturalizar a epidemia e reforçar o otimismo tecnológico na gestão da crise sanitária. Ou seja, uma espécie de modernização ecológica que advoga a crença de que os problemas ambientais serão resolvidos apenas por uma questão tecnológica, aplicada à saúde pública. Acselrad reforça a questão do neoliberalismo autoritário em uma sociedade mista, que tem exposta situações de racismo e xenofobia, mostrando que com a covid-19 não foi diferente. Quem não se lembra da “Vacina da China”, usada para se referir à Vacina do Butantã, desenvolvida no Brasil a partir de um acordo do governador João Dória com a farmacêutica chinesa Sinovac? Ou o uso preconceituoso do “Vírus da China”? O preconceito contra os chineses ou os produtos chineses, enfim, isso foi – e tem sido – muito forte.

8.4 ATERRISSANDO – AS INJUSTIÇAS NO TERRITÓRIO

Aproximando nossas lentes para um *Zoom in* na busca do diálogo com o capítulo da professora Silvia Zanirato e aterrissando na escala local, no território, a Figura 8.3 representa um cruzamento espacializado das taxas de mortalidade por covid-19 e a proporção de pessoas negras na cidade de São Paulo. Qual a ideia? Perceber as desigualdades nas taxas de mortalidade e refletir sobre esses dados que poderiam ter sido levados em consideração para as políticas e a gestão da priorização de vacinação, por exemplo.



Fonte: Torres et al. (2022).

Figura 8.3 – Taxa de Mortalidade da covid-19 e proporção de pessoas negras nos distritos de São Paulo.

A essa distribuição desigual no território, que ilumina processos de desigualdades ambientais, chamamos de injustiças ambientais e, em alguns casos – como no Brasil – de Racismo Ambiental. Os dados do censo demográfico de 2010 indicam que São Paulo tem uma desigualdade de até 10,3 vezes entre a proporção de populações negras e pardas e entre regiões do próprio município. Enquanto a média da cidade é de 32,1% de pretos e pardos no bairro de Moema, por exemplo, na Zona Sul a proporção é de 5,1%. Também na Zona Sul, que é muito mais distante do centro, a proporção é de 60,1%, ou seja, uma diferença localizacional muito grande. A ideia aqui é entender qual o significado dessa diferença em outras variáveis.

Ainda, em relação à Moema, também está referido como o bairro de maior média de expectativa de vida da cidade de São Paulo: 80,6 anos, bem acima da média total do município que é de 68,7 anos. A Cidade Tiradentes, por exemplo, na Zona Leste, apresenta o pior índice: 57 anos. Ou seja, numa mesma cidade observamos um bairro em que a expectativa de vida é em média 80 anos e outro que é de 57.

O tema das desigualdades, mas também do racismo, é nítido no estudo realizado pelo Instituto Polis e demonstra que entre o período de 1º de março e 31 de julho de 2021, a taxa de população negra residente na capital paulista morta por covid-19 foi de

172 mortes por 100 mil habitantes, enquanto a taxa de mortalidade na população branca foi de 115 mortes a cada 100 mil habitantes.⁷ Ou seja, uma desproporção entre número de mortes por raça e por localidade. Existe uma geografia, uma distribuição desigual das pessoas na cidade de São Paulo, mas não só na cidade de São Paulo, poderíamos pegar a cidade do Rio de Janeiro, Recife, Salvador, diversas cidades no Brasil e não ver tanta diferença em relação a essas desigualdades, talvez apenas proporcionalmente.

Na mesma direção apontam os resultados da pesquisa de Nisida e Cavalcante, de 2020, comparando taxa de mortalidade da população negra e branca nos diferentes distritos de São Paulo. O estudo aponta maior mortalidade por covid-19 de pessoas negras e a hipótese é de que essa maior incidência não tem relação com causas genéticas, mas com a própria dinâmica das relações sociais. Em outras palavras, com a produção social do risco, com a produção social de injustiças. E a pandemia estaria desempenhando um papel agravante na produção e reprodução dessas desigualdades. Ou seja, a situação de desigualdade e de injustiça na cidade é reforçada e agravada pela covid-19.

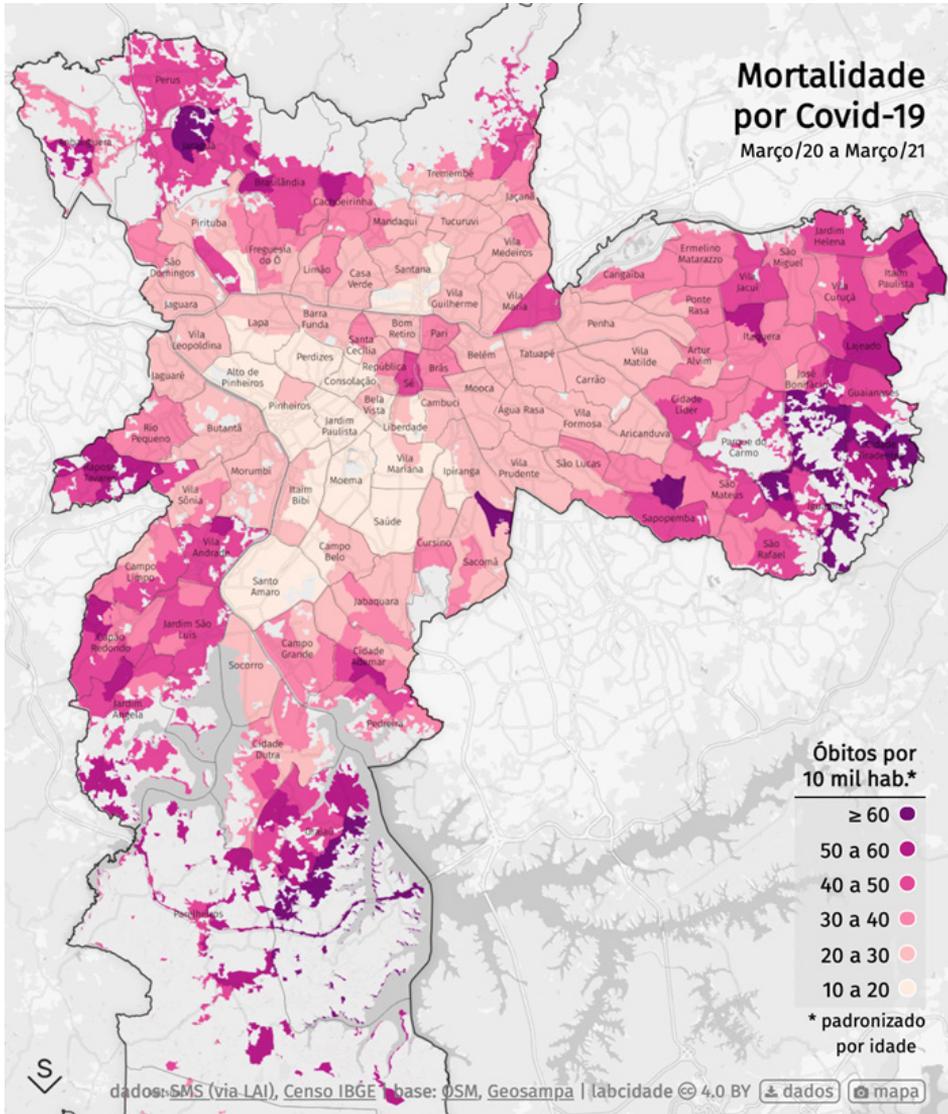
A covid-19, portanto, não só traz novas desigualdades como aprofunda desigualdades existentes, ou seja, bairros e populações que fazem mais deslocamentos, pendulares entre trabalho e casa são mais atingidos diante da necessidade de manter o fluxo durante o período da pandemia se valendo do transporte público. Há aí uma dinâmica muito específica que os dados por si só não mostram. Por isso é importante cruzar esses dados, em primeiro lugar pela questão da desigualdade e da injustiça, mas também para pensar que a gestão pública tem acesso a esses dados, ou seja, a gestão pública tem esses dados, e não os usar é uma opção, bem como não o usar estrategicamente pode produzir mais desigualdade. Essa é a nossa questão, porque a luta por justiça é a luta para tentar oferecer novos meios e oportunidades de acesso para que se possa diminuir a desigualdade. E não foi isso que foi feito, não só no caso de São Paulo, mas de outros municípios do país. Ou seja, se produziram muitos dados durante a pandemia, a academia produziu muito conhecimento até pela ausência de dados mais específicos e segregados por parte do próprio governo federal, estadual e municipal. Mas o que foi incorporado na gestão?

A Figura 8.4 é um mapa produzido pelo LabCidade da USP – Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade, coordenado pela professora Raquel Rolnik, da FAUUSP, que fez um acompanhamento da evolução das desigualdades no território e um mapeamento da vacinação na Região Metropolitana de São Paulo.⁸ A análise dos dados nos faz refletir sobre a questão etária na priorização da vacinação, pois, como se observa, o território não foi coberto de forma homogênea, o que faz a gente pensar: se não foi coberto de forma homogênea e ainda perpetuou ou produziu desigualdades, será que foi a melhor escolha? Será que não poderíamos ter usado as informações para adotar outra forma de gestão da vacinação que buscasse reduzir as desigualdades já existentes no território priorizando grupos sociais mais vulneráveis, grupos de traba-

7 O estudo pode ser acessado na íntegra em: <https://polis.org.br/estudos/raca-e-covid-no-msp/>.

8 No site do Laboratório é possível encontrar diversas análises, produção cartográfica e dados sobre o tema <http://www.labcidade.fau.usp.br/tag/covid-19/>.

lhadores que ficam mais expostos ao transporte público e que não tiveram opção ao trabalho remoto?

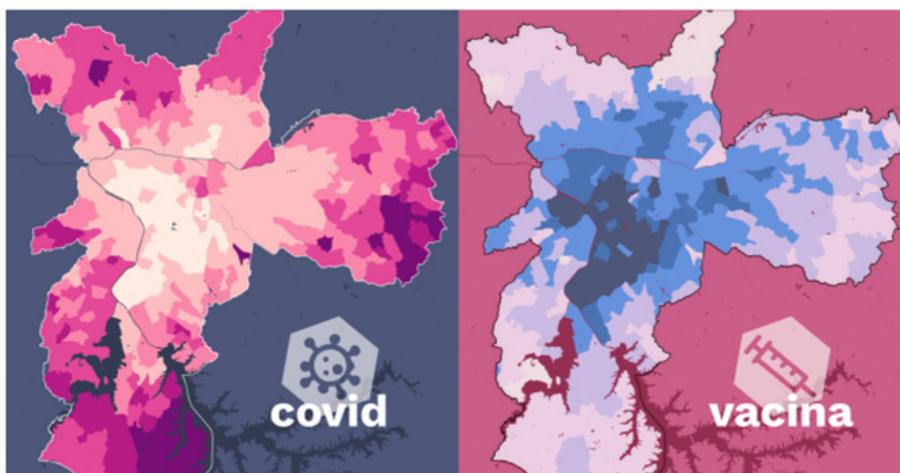


Fonte: LabCidade/USP, 2021.

Figura 8.4 – Mortalidade por covid-19, março de 2020 a março de 2021.

Os dados apresentados pelo LabCidade indicam que a opção pela seleção etária, fez com que a vacinação ocorrida no município de São Paulo mantivesse considerável grau de desigualdade, uma vez que o território já desigual acabou influenciando e sendo influenciado por outras dimensões sociais que não foram levadas em conside-

ração pelos tomadores de decisão: quem vai ser impactado, a forma como a vacinação por priorização etária vai se dar na prática – principalmente para os trabalhadores que estão no serviço no horário da aplicação da vacina. É o que reforça a análise da representação entre a cobertura vacinal e os que contraíram covid-19, dados cruzados pelo LabCidade, para São Paulo, na figura a seguir (5).



Fonte: LabCidade/USP, 2021.

Figura 8.5 – Casos de covid-19, versus cobertura vacinal no Município de São Paulo.

Ou seja, a conclusão da professora Raquel Rolnik e dos pesquisadores do LabCidades é de que a prioridade da vacinação acabou negligenciando a geografia da covid-19 em São Paulo. O que novamente nos faz refletir: foi usada a melhor estratégia? Não havia dados para melhor contribuir com a tomada de decisão? Por que a opção de não utilizar?

Casos semelhantes ocorreram na cidade de Nova York entre outras, ainda observando esse processo desigual da vacinação na escala local. Nova York foi um dos epicentros de contaminação no início da pandemia de covid-19, em 2020. Figurava em diversas páginas de jornal, redes sociais, de forma ampla, os portos e aeroportos, os trens, o fluxo grande de pessoas e mercadorias. E, no início, o então governador Andrew Cuomo, considerou que o problema principal da cidade em relação aos elevados índices de contaminação estava relacionado à alta densidade da cidade, onde os grandes prédios de Manhattan, por exemplo, faziam a cidade ser o epicentro global da covid-19.⁹ No entanto, começaram a ser processados dados e análises em Singapura, Hong Kong, Cidade do México, entre outras localidades, e foi possível perceber que a densidade por si só, não explicava ou justificava o que estava ocorrendo, pois, outros territórios de cidades com áreas altamente densas não tinham tal grau de contágio (TORRES; LINKE, 2020).

9 <https://www.nytimes.com/2020/03/23/nyregion/coronavirus-nyc-crowds-density.html>.

Aqui, do ponto de vista metodológico, é imperativo o movimento de *Zoom In* quase que microscópico, da *microbiologia das cidades*, para pegar a metáfora utilizada por Acselrad em texto supracitado, ou o olhar com uma lupa de detetive buscando o paradigma indiciário da cidade de Nova York. E, então, em cruzamento com as abordagens por justiça ambiental aqui escolhidas como Norte de análise, perceber empiricamente que não eram as áreas mais adensadas da cidade onde ocorriam mais contágio e óbitos pela covid-19. Pelo contrário, a área mais adensada, que é Manhattan, era justamente onde se tinha menos contágio e óbitos. E áreas de baixíssima densidade, como o Bronx, era onde se via o grau mais elevado de contágio e óbitos.

No percurso já mencionado de buscar sinais (GINZBURG, 1989) é preciso entender e historicizar: Quais características, sociais, econômicas, culturais e ambientais possui o Bronx? A resposta é que se trata de um território de maioria de população pobre; maioria de população negra e hispânica; maioria de população que faz pendular no transporte público de massa; maioria de população com comorbidade prévia (como asma, diabete e obesidade); maioria de população com menos acesso à área verde e espaços públicos de lazer. Ou seja, uma série de condicionantes que em diálogo com a lente do racismo ambiental aqui proposta, permite explicar muito mais as desigualdades ancoradas na cidade como causas principais, do que a própria questão do adensamento. Por isso mesmo, é imperativo o olhar com a lupa a partir de baixo, a partir do território, para iluminar como esses processos são produzidos e perceber que impressões e análises de momento podem indicar uma questão, mas com a ciência, a empiria, a pesquisa e o conhecimento do processo histórico, é possível uma compreensão mais aprofundada – sobretudo quando lidamos com problemas e sistemas complexos de análise.

Esse exemplo dialoga diretamente com a questão do racismo ambiental, ou seja, hispânicos imigrantes e a população negra do Bronx são os grupos mais afetados pela covid-19 em Nova York.¹⁰ E esse é um padrão de desigualdade produzida já estabelecida e presente no território de São Paulo (como em várias outras cidades do país) como mostraram os capítulos das professoras Silvia Helena Zanirato e Ana Paula Fracalanza quanto ao acesso ao Saneamento e à água potável. Ou seja, quando no início da pandemia a orientação era “lavem as mãos com água e sabão”, como faziam aqueles que não tinham acesso a água e sabão? Ou seja, e como bem evidenciou o capítulo de Fracalanza, existe e é pregressa à pandemia de covid-19, a desigualdade no acesso hídrico em São Paulo.

8.5 PALAVRAS FINAIS

Para concluir, gostaria de retomar o início do capítulo em relação à vacinação em si e o processo de distribuição da vacina que priorizou primeiramente os países centrais, e que hoje explica os países da África e outros do Sul Global bem atrás no ranking da vacinação (Figura 8.1). Proponho um esforço final de cruzarmos as lentes

10 A plataforma Data for Progress coletou e produziu uma série de análises e levantamento de dados sobre o tema <https://www.dataforprogress.org/blog/5/18/bronx-is-epicenter-for-coronavirus>.

zoom in e *zoom out*, pois, as desigualdades mencionadas na seção anterior (4) são expressas também na escala internacional (WEBSTER et al., 2022).

Artigo de Winnie Byanyima, diretora executiva do UNAIDS, publicado em março de 2021 no *The Guardian*,¹¹ alerta para o que a autora considera verdadeiro *apartheid* ao se referir ao aumento da produção global de desigualdades a partir da covid-19 e da vacinação ao vírus SARS-CoV-2. Byanyima afirma que no início da pandemia, lideranças mundiais “faziam fila” para declarar que qualquer vacina contra a covid-19 deveria ser um bem público e hoje, diz a diretora executiva do UNAIDS, o que se testemunha é um *apartheid* na circulação das vacinas, que prioriza os interesses de grandes farmacêuticas, países ricos, grandes corporações e elites hegemônicas.

Logo, em escala planetária, há realmente um abismo, um fosso entre bilionários e pobres que aumentou ao longo dessa pandemia. Relatório lançado em janeiro de 2022 pela organização não governamental internacional OXFAM, afirma que durante a pandemia de covid-19, nos anos de 2020-2021, a renda média da população global caiu consideravelmente (OXFAM, 2022), com mais de 160 milhões de pessoas sendo empurradas para a extrema pobreza. Por outro lado, também destaca o relatório, uma nova pessoa se tornou bilionária a cada 26 horas nesse mesmo período. A riqueza dos mais ricos do planeta, todos homens brancos, cresceu US\$ 5 trilhões no mesmo período.

No Brasil, o fortalecimento das desigualdades é visível no dia a dia das cidades, com desemprego em alta, precarização do trabalho, inflação galopante, com gás, energia e gasolina aumentando em contraposição ao congelamento de salários, congelamento de concursos, reposição do salário mínimo abaixo da inflação com consequente aumento da extrema pobreza e da fome, da miséria.¹²

Byanyima, originária da África do Sul, diz em seu artigo que fica enojada com as notícias que chegam do continente africano, principalmente de seu país, cujo histórico com a luta contra a HIV deveria ter ensinado lições para se pensar a gestão da crise. É possível aprender com as crises (WEBSTER et al., 2022), é possível aprender com as tragédias, embora não seja uma prática corrente, sobretudo em países como a África do Sul ou o Brasil. A autora não se conforma, também, que a África do Sul tenha que pagar mais do que o dobro do que é pago, por exemplo, pela União Europeia pela vacina da AstraZeneca. Como tantos outros países de baixa renda, a África do Sul enfrenta hoje um cenário de vacinas e suprimentos esgotados, um poder de compra reduzido. De acordo com dados da UNAIDS, 9 em cada 10 pessoas que vivem nos países mais pobres do planeta não foram vacinadas no ano de 2021. Isso é a expressão concreta do que estamos explanando aqui no capítulo com as injustiças e as desigualdades planetárias: 9 em cada 10 não foram vacinadas. Ou seja, enquanto 48% da população mundial figura com pelo menos uma dose, com concentração nos países de alta renda com 70% de cobertura vacinal, nos de baixa renda o patamar médio é 2%, um fosso realmente muito grande.

11 <https://www.theguardian.com/world/2021/mar/18/end-vaccine-apartheid-by-waiving-patents-and-save-us-all-from-covid-19>.

12 <https://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2021/boletimconjuntura29.html>.

Em *As Três Ecologias* Guatarri (2011) ensina que “não haverá verdadeira resposta à crise ecológica a não ser em escala planetária e com a condição de que se opere uma autêntica revolução política, social e cultural reorientando os objetivos da produção de bens materiais e imateriais” (GUATTARI, 2011, p. 9). A resposta à crise pandêmica, entrelaçada com as crises climáticas e de biodiversidade, que aprendemos nas aulas das professoras Luciana Araújo e Carla Morsello, também deve ser guiada por respostas planetárias, ancoradas em práticas, demandas e conhecimentos do território com poder de reorientar o que Guatarri chama de “relações de forças visíveis em grande escala, mas também aos domínios moleculares de sensibilidade, inteligência e desejo” (GUATTARI, 2011, p. 9).

AGRADECIMENTOS

Em especial aos docentes da disciplina *Sociedade Meio Ambiente e Cidadania* (ACH0152), pela acolhida para a segunda realização do curso no âmbito da Graduação em Gestão Ambiental na EACH-USP. À Pró-Reitoria de Pesquisa (PRP), da Universidade de São Paulo (USP), responsável pelo Programa de Atração e Retenção de Talentos (PART). Assim como ao processo nº 2018/06685-9 da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Agradeço, ainda, a leitura atenta e as sugestões da professora Silvia Helena Zanirato.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais? o caso do movimento de justiça ambiental. **Estudos Avançados** (USP. Impresso), v. 24, p. 103-120, 2010.
- ACSELRAD, HENRI. A microbiologia cega do capitalismo. In: GROSSI, Miriam Pilar; TONIOL, Rodrigo. (org.). *Cientistas sociais e o coronavírus*. 1ed.: ANPOCS, 2020, p. 128-131.
- DELACROIX, Christian. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras? **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 39-79, jan./mar. 2018. Título Original: L'histoire du temps présent, une histoire (vraiment) comme les autres ?
- DRYZEK, John; PICKERING, Jonathan. *The politics of the Anthropocene*. Oxford e New York, Oxford University Press, p. 185, 2019.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do tempo presente: desafios**. Cultura Vozes, Petrópolis, v. 94, nº 3, 2000.
- GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, C. **Mitos, Emblemas e Sinais**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- GUATTARI, Félix. **As três ecologias**; tradução Maria Cristina F. Bittencourt. 21ª edição. Campinas, SP: Papirus, 2011.

- HOBBSAWM, E. J. **Sobre a história**. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- KASHWAN, P.; BIERMANN, F.; GUPTA, A.; OKEREKE, C. 'Planetary Justice: Prioritizing the Poor in Earth System Governance', **Earth System Governance**, 6, 100075, 2020. <https://doi.org/10.1016/j.esg.2020.100075>.
- NISIDA, Vitor Coelho; CAVALCANTE, Lara Aguiar. Racismo e impactos da COVID-19 na população da cidade de São Paulo. *Revista Brasileira de Direito Urbanístico – RBDU*, Belo Horizonte, ano 6, n. 10, p. 151-172, jan./jun. 2020.
- OXFAM. **Inequality Kills**: The unparalleled action needed to combat unprecedented inequality in 348 the wake of COVID-19. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/ten-richest-men-349-double-their-fortunes-pandemic-while-incomes-99-percent-humanity>. Acesso em: 18 jan. 2022.
- TATAR, M., SHOOREKCHALI, J. M., FARAJI, M. R., & WILSON, F. A. (2021). International COVID-19 vaccine inequality amid the pandemic: Perpetuating a global crisis? **Journal of global health**, 11, 03086. <https://doi.org/10.7189/jogh.11.03086>.
- TORRES, P.; LINKE, C. Covid-19 e a política urbana: a densidade não é a vilã. **Le Monde Diplomatique**, 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/covid-19-e-a-politica-urbana--a-densidade-nao-e-a-vila/>. Acesso em: 18 fev. 2022.
- TORRES, P. H. C.; TRAVASSOS, L.; MOREIRA, R., FERNANDES, B. Jekyll e Hyde nos trópicos: governança disruptiva e justiça ambiental face à COVID-19. **Século XXI**, Revista de Ciências Sociais, v. 11, nº 1, p. 09-37, jan./jun. 2022 (no prelo).
- WEBSTER, D. G.; AXELROD, M.; AYTUR, S. A.; WILSON R. S.; HAMM, J. A.; SAYED, L.; PEARSON, A. L.; TORRES, P. H. C.; AKPORAYE, A.; YOUNG, O. Learning from the Past: Pandemics and Transnational Health Governance. **Sustainability** 2022, 14.